

LDB E A ADAPTAÇÃO DE CURRÍCULO PARA TDAH NO BRASIL: ESTADO DA ARTE

Amanda Carolina Claudino Pereira¹

RESUMO

Surgindo de uma questão empírica constatada na prática profissional, esta revisão se deu com o objetivo de investigar se as políticas públicas brasileiras para educação inclusiva são levadas em consideração no desenvolvimento das adaptações de currículo escolar na educação infantil para crianças com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Após uma revisão da legislação vigente no país, analisou-se as publicações de trabalhos científicos realizados no Brasil acerca de adaptação de currículo que fossem direcionados para crianças diagnosticadas com TDAH. Dentre os periódicos visitados, encontrou-se 1.264 publicações, mas após primeira análise, apenas 6 estavam dentro dos critérios estabelecidos para análise qualitativa. Como resultados, observou-se que as escolas iniciaram a implementação das políticas inclusivas de forma lenta e que precisam revisar seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) para ter um melhor direcionamento.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Políticas Públicas de Educação; Adaptação de Currículo.

INTRODUÇÃO

A experiência no consultório de Psicologia tem mostrado que as escolas ainda não estão preparadas para atender crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade TDAH, mesmo para aquelas que já possuem laudo médico com o diagnóstico fechado. É possível ainda hoje ouvir dos gestores das escolas que a LDB (Lei nº 9394/96) não contempla este tipo de Transtorno de Aprendizagem como parte da educação inclusiva. Em vista disto, surgiu a necessidade de avaliar o que diz hoje a legislação brasileira sobre acessibilidade na educação infantil, com ênfase na adaptação de currículo para os casos de crianças com TDAH.

O TDAH é o transtorno psiquiátrico de início de infância mais comum, com incidência em 5,29% da população mundial e se caracteriza por um padrão de desatenção, hiperatividade motora e pela impulsividade (COSTA et al, 2014). De acordo com o DSM-V (APA, 2014), o seu diagnóstico deve levar em consideração a prevalência de seis ou mais sintomas dos sintomas de desatenção e/ou hiperatividade.

Além dos sintomas, deve-se considerar a duração de sua prevalência por mais que seis meses, que sejam inconsistentes com o nível de desenvolvimento esperado para sua idade e que traga algum impacto negativo para sua vida acadêmica e/ou social. Este último aspecto é aquele que normalmente leva pais e educadores a investigar o que está acontecendo com a criança.

¹ Mestre pelo curso de Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, profamandaclaudino@gmail.com

De acordo com Pain (2008), os problemas de aprendizagem são multifatoriais, podendo envolver fatores: orgânicos, sendo neurológicos ou de mal funcionamento anatômico; específicos, relacionados a alguma habilidade que não consegue desenvolver; psicógenos, fruto de sintomas emocionais e/ou; ambientais, referindo-se aos estímulos recebidos nos meios em que convive. Isto quer dizer que os problemas de aprendizagem apresentados pelas crianças podem ter mais de uma origem, necessitando que todos estes fatores sejam incluídos na investigação e no tratamento.

Desta maneira, as intervenções realizadas pelos profissionais especializados precisam avançar também para os outros ambientes em que a criança convive, principalmente na escola, que é seu principal campo de aprendizagem. Neste sentido, buscou-se inicialmente compreender como a legislação vigente se articula para suprir a demanda de adequação da escola, para que ela seja integrada no tratamento dos TA.

Apesar da LDB ter sido criada em 1996, inicialmente não apresentava especificações sobre como as escolas deveriam proceder com os alunos com necessidades especiais e nem estabelecia prazos para os ajustes necessários para a adequação do ensino para que se tornasse inclusivo (BRASIL, 1996). Ao longo dos anos, algumas diretrizes foram publicadas para orientar estes ajustes, mas apenas em 2013 foi publicada uma alteração na LDB que inseriu as dificuldades de aprendizagem não relacionadas a condições fisiológicas como necessidades educacionais especiais, integrando os Transtornos Globais do Desenvolvimento e as altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013). A partir de então, as orientações para planejamento e execução de projetos inclusivos de adaptação de currículo, gradativamente integraram o atendimento escolar para crianças diagnosticadas com TDAH. Mas apesar do discurso inclusivo dos professores e gestores escolares, o discurso de alunos e pais indicam que as práticas nem sempre estão alinhadas, e com algumas perguntas mais assertivas alguns pesquisadores conseguem comprovar esta hipótese.

Na tese intitulada “Integração e inclusão em creche e jardim de infância”, em que investiga se as políticas de educação inclusiva são aplicadas na prática, Silva (2015) percebe incoerências com o que foi observado em sala e o que as professoras diziam fazer. Ela também percebeu que existe uma confusão entre os conceitos de inclusão e integração escolar, fazendo com que muitos profissionais façam apenas a integração dos alunos na turma, sem realizar a devida adaptação curricular. Este trabalho nos volta olhares ao princípio indicado pelas Diretrizes de que a adaptação deve fazer parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) e que este deve orientar as metas da escola e conseqüentemente dos seus professores. Isto nos leva a hipótese de que os possíveis problemas na adaptação de currículo e sua adequação às políticas

públicas podem ter origem no modo como esta ferramenta fundamental para as atividades escolares é desenvolvida.

Como a legislação ainda caminha no sentido de garantir e fortalecer direitos para os alunos com necessidades especiais, percebe-se na prática diária que as escolas também estão caminhando no sentido de se adequar a estas mudanças. No entanto, algumas necessidades especiais não estão diretamente listadas nas diretrizes, dificultando a interpretação dos gestores escolares sobre o que deve ou não ser considerado e, portanto, não são devidamente contempladas. No caso do TDAH, percebe-se ainda um entendimento do senso comum de que trata-se de um transtorno de comportamento e não do desenvolvimento, dificultando mais a compreensão dos fatores que o desencadeiam e consequentemente estigmatizando as crianças que apresentem sintomas deste.

Por isto, esta revisão se deu com o objetivo de investigar se as políticas públicas brasileiras para educação inclusiva são levadas em consideração no desenvolvimento das adaptações de currículo escolar na educação infantil para crianças com diagnóstico de TDAH.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a Revisão Sistemática Integrativa, tendo em vista o interesse em abranger estudos de metodologias diferentes, desde que estes pudessem indicar o estado da arte atual sobre as adaptações de currículo para TDAH no Brasil. Para tanto, foram contempladas nesta revisão tanto trabalhos teóricos como empíricos relacionados ao objetivo proposto.

O primeiro passo desta revisão foi a definição da pergunta: A adaptação do currículo escolar para crianças diagnosticadas com TDAH na educação infantil vem sendo realizada de acordo com o que é estabelecido pelas políticas de educação inclusiva?

O segundo passo foi a busca por trabalhos que respondam esta pergunta, e para tanto, foram utilizados os descritores “TDAH” e “adaptação de currículo”.

No passo seguinte definiu-se o que seria incluído ou excluído. Deste modo, foram incluídos trabalhos realizados nos últimos 5 anos, visto que buscamos retratar um cenário atual e também aqueles que tenham como cenário a educação brasileira; Considerou-se artigos, livros, cartilhas, teses, dissertações, relatórios de estágio, relatos de experiência e transcrições de palestras; Trabalhos escritos em outras línguas, desde que tratem da educação infantil (de 0 a 6 anos) no Brasil. Foram excluídos dos resultados: os trabalhos sobre práticas em outros países e/ou; que discorra sobre a adaptação de currículo sem contemplar a sua prática.

O quarto passo foi a busca dos textos nas bibliotecas online CAPES e Google Acadêmico, que possuem acesso a diversos periódicos com revistas indexadas. As palavras chave utilizadas foram “adaptação de currículo” e “TDAH”. Os resultados foram avaliados inicialmente por título e resumo, caso estivessem dentro dos critérios de inclusão e não fossem descartados pelos critérios de exclusão, o texto seria salvo no banco de dados para leitura na íntegra no sexto passo (análise).

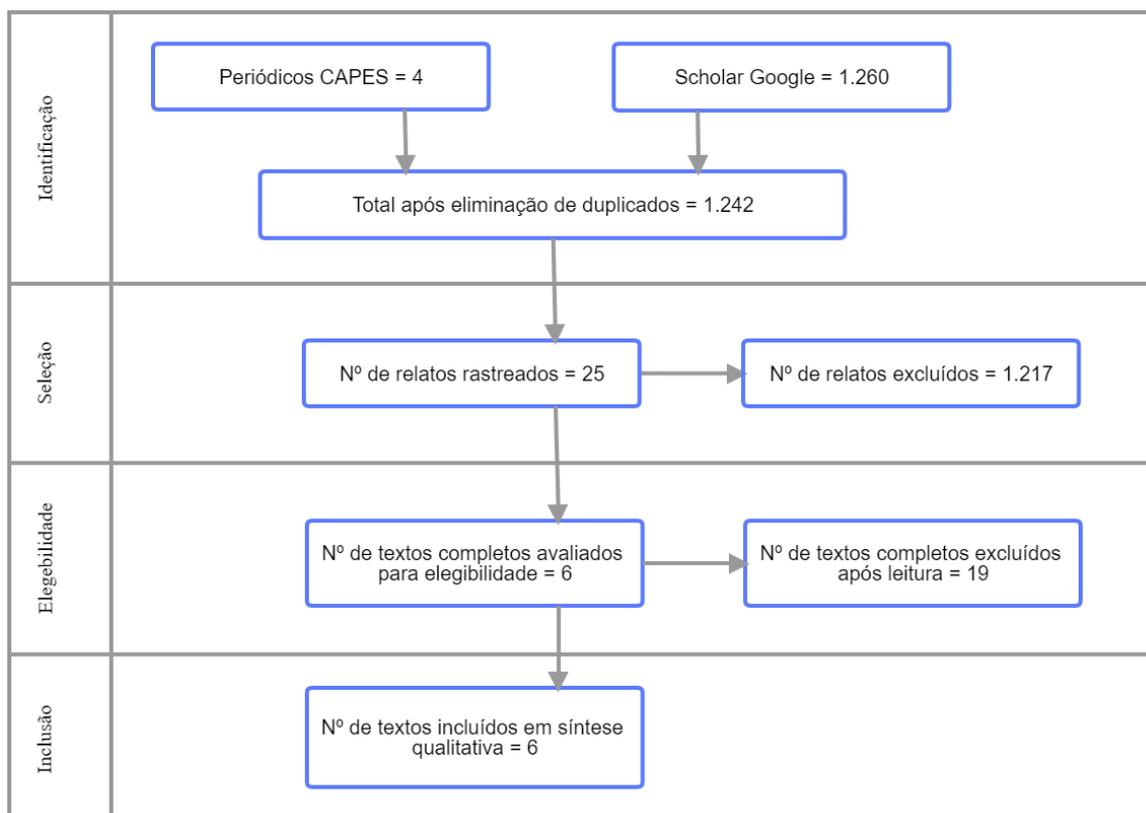
O quinto passo foi a criação do banco de dados com os textos selecionados, em busca de trabalhos publicados no período de 01 de janeiro de 2013 a 11 de novembro de 2018. Seus títulos, resumos e resultados foram organizados em uma tabela para checagem posterior, sendo ordenados por ordem crescente de ano de publicação.

Por fim, o sexto passo contempla a análise dos artigos para que seja possível responder à pergunta inicial.

Com as palavras chave definidas tivemos apenas 4 resultados no Periódico CAPES, eliminando duplicados restaram 2 e após a leitura de seus resumos, todos foram excluídos.

No Google Acadêmico encontrou-se 1.260 resultados na primeira busca, eliminando duplicados restaram 1.240 e após análise inicial de resumos o número de trabalhos elegíveis para leitura completa foi de apenas 25, como mostra o diagrama a seguir:

Diagrama 1 – Procedimento metodológico



Fonte: autora

A diferença entre o quantitativo de trabalhos em ambos os periódicos se deveu a diferença entre a abrangência de cada uma das plataformas, visto que o Google Acadêmico tem acesso a plataformas não indexadas. Os sistemas de filtragem de palavras-chave também pareceram exercer influência nos resultados, pois no Periódico Capes podemos escolher exatamente quais termos devem conter e no Google Acadêmico os resultados são mostrados para trabalhos que contenham um dos termos, mas não exclusivamente os que contenham ambos os termos.

Durante a leitura completa dos textos, foram excluídos 19 pelos seguintes motivos: 12 dos textos tratavam de necessidade educacionais especiais em geral, sem foco no TDAH; 3 deles traziam propostas de intervenção; 1 tratava apenas da sala de recursos; 1 avaliava o projeto político pedagógico de uma escola que não implementou as ações para inclusão por não possuir alunos com necessidades educacionais especiais matriculados; 1 só avaliava o conhecimento dos professores acerca do tema TDAH e 1 que o estudo se deu em outro país.

Os trabalhos escolhidos baseavam-se em metodologia qualitativa, o que permitiu o uso de diversos instrumentos de coleta de dados, como entrevistas, questionários, observações e a intervenção em sala de aula (apenas um, que trata de relato de estágio). As metodologias qualitativas proporcionam uma maior aproximação do fenômeno, no qual se realiza um estudo intensivo dos dados, tanto em profundidade quanto em amplitude, buscando falar do fenômeno da forma mais completa possível (MARTINS, 2004). Deste modo, o pesquisador não só analisa os dados como busca uma interpretação mais verossímil com a realidade no qual o fenômeno está inserido, que é o que foi realizado nos estudos analisados, na discussão e na conclusão do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na monografia intitulada “Hiperatividade na educação infantil”, Santos (2014) utiliza-se de questionários para compreender a prática de professores de duas escolas do ensino infantil e compara com o que é preconizado na teoria sobre adaptação de currículo para crianças com TDAH. Como resultados, a autora encontrou que a maioria das 12 professoras entrevistadas possuía experiência com crianças diagnosticadas com TDAH, mas menos da metade sabia definir ou diagnosticar um aluno hiperativo. Todas as professoras achavam que a família tem que informar a escola sobre o comportamento da criança em casa e o tipo de atividade lúdica que ela gosta de praticar. Elas consideram a participação da família fundamental para o desenvolvimento das crianças e percebem que a relação entre elas e a família de crianças com TDAH de maneira harmoniosa. A maioria delas compreende que as escolas podem atender

essas crianças adequadamente, apenas a metade delas sentem que são apoiadas pelas instituições de ensino, mas todas sentem que são apoiadas pelas equipes multidisciplinares da Secretaria Municipal de Educação. A maioria afirma que as atividades lúdicas ajudam na aprendizagem escolar e que utilizam jogos, música, desenho e trabalhos manuais com seus alunos. Quase todas as professoras (10 das 12) utilizam estratégias diferenciadas com os alunos hiperativos e há o relato de uma delas de que as atividades diferenciadas são bem recebidas pelos alunos, incluindo os que não são diagnosticados com TDAH. O estudo conclui ainda que as professoras encontram dificuldades em lidar com as crianças com hiperatividade em sala de aula, por falta de conhecimento e de apoio pedagógico (SANTOS, 2014).

No trabalho intitulado “A inserção do aluno com deficiência: função social da escola”, Souza (2016) trata da adaptação de currículo para deficiências em geral e observou a adaptação curricular de crianças do ensino fundamental e médio de uma escola. Um dos casos apresentados refere-se a uma criança do 3º ano do fundamental com diagnóstico de TDAH, Transtorno de Ansiedade de Separação, Transtorno Hiperativo não especificado, doença degenerativa do sistema nervoso não especificado e Ansiedade Generalizada. A criança está em fase alfabetização e tem suas atividades adaptadas da mesma maneira que é feita para outras duas crianças com diagnóstico de TDAH. A autora identifica ainda que as práticas inclusivas desta escola se restringem apenas a integração do aluno a turma, o que coloca no próprio aluno a responsabilidade de se adaptar ao funcionamento escolar. Percebeu-se ainda que a atribuição de desenvolver o projeto pedagógico adaptado fica nas mãos do segundo professor, que é relegado a cuidar exclusivamente dos alunos com deficiência, que acabam sendo separados da aula promovida pelo primeiro professor da turma. Ela observa ainda que não há planejamento adequado para as avaliações propostas para desenvolver com a turma. A falta de apoio familiar é mencionada na aparente ausência de compromisso destes com os horários das medicações de suas crianças, o que muitas vezes prejudica o desempenho na sala de aula quando a criança tem problemas de auto regulação. Seu estudo concluiu também que a maior parte dos casos avaliados não atende a perspectiva inclusiva, pois seus Projetos Político Pedagógico (PPP) não trazem as práticas inclusivas para currículo e avaliação da aprendizagem, o que faz com que estas práticas não sejam executadas em sala.

O terceiro trabalho analisado tem por título “Concepções das Professoras e Trabalho Educativo Voltado aos Alunos portadores de TDAH” e investigou as concepções de professores de uma escola municipal da cidade de Naviraí sobre TDAH (GONÇALVES & VOLK, 2016). O método do artigo baseava-se em análise do PPP da escola, do laudo dos alunos diagnosticados com TDAH e em entrevista semiestruturada com as professoras. Como resultado, foi analisado

o PPP da escola e percebeu-se que o documento não havia sido atualizado desde que fora elaborado em 2008, não contemplando assim, as mudanças na legislação para inclusão na educação, incluindo os transtornos de desenvolvimento, como o TDAH. A amostra de laudos analisados (a escola só autorizou acesso a 3 laudos) indica que as crianças estavam sob terapia medicamentosa, utilizando o metilfenidato (ritalina) em associação com outras medicações. A pesquisadora informa que os transtornos neurológicos são perceptíveis nestas crianças, que todas possuem histórico de comportamentos inadequados na escola e que recebem acompanhamento de um estagiário itinerante, que são graduandos em pedagogia contratados para dar apoio. Todas as professoras entrevistadas receberam formação para saber lidar com o TDAH, afirmando também buscarem informações para além, por terem alunos ou parentes com o diagnóstico. A falta de atualização do PPP da escola reflete-se na prática diária, pois as professoras afirmam não receber o apoio pedagógico necessário, não tendo acesso aos materiais necessários e precisando lidar com turmas numerosas, o que as impede de utilizar metodologias diferenciadas com os alunos diagnosticados.

Já o trabalho de conclusão de curso intitulado “Intervenções no contexto escolar: Estratégias e adaptações no ambiente de aprendizagem e nos métodos de ensino” (FORSELINI, 2016) analisa os desafios na prática do professor no contexto da Educação Inclusiva, em cuja sala de aula regular estão matriculados alunos com diagnóstico de TDAH. O estudo traz revisão bibliográfica e observação numa escola do município de Santa Isabel do Ivaí – PR, em que a autora trabalhava como professora na sala de recursos multifuncionais. A autora chama atenção para a queixa de desatenção, que é bastante citado na pesquisa que realizou, percebendo que a depender do referencial teórico, pode levar a um diagnóstico inadequado. O aumento de pesquisas e informações, no entanto, tem aumentado o número de diagnósticos corretos, de acordo com a autora. Porém, ela alerta para a existência de crianças não diagnosticadas ou que receberam um diagnóstico incorreto, o que traz a reflexão sobre a necessidade de constante capacitação dos profissionais da educação e da saúde acerca do tema. O diagnóstico é tido pelas escolas como um pré-requisito para a implantação do projeto inclusivo, porém, no estado do Paraná, este direciona as crianças diagnosticadas com TDAH para a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Para Forselini, a SRM deve funcionar em paralelo com as atividades de sala de aula, não como um complemento da mesma, como vem sendo utilizada.

A tese de doutorado “Política Nacional de Educação Inclusiva: um estudo sobre sua efetivação nas cinco regiões brasileiras” de Cerezuela (2016) traz um olhar mais amplo da mesma questão: busca avaliar as condições atuais das políticas de inclusão no Brasil. analisa trabalhos publicados por uma equipe de pesquisadores do grupo de pesquisa Observatório da

Educação, que consistiram em aplicação de questionários, pesquisa de campo com observação e entrevista com professores das salas de recursos, gestores escolares e das Secretarias de Educação dos respectivos municípios. Como resultado, foi observado que o trabalho de inclusão nas escolas é um processo em desenvolvimento, que já teve muitos avanços, mas ainda há muito por realizar. Especificamente sobre o TDAH o estudo mostrou que os professores tinham dificuldade em operacionalizar as políticas públicas inclusivas para este público por não entenderem que estes eram contemplados pela Política Nacional. Como o estudo baseia-se em estudos realizados entre 2013 e 2015, entende-se que os docentes entrevistados não haviam sido atualizados sobre a inclusão deste diagnóstico dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Deste modo, evidencia-se a necessidade da revisão periódica dos PPP das escolas, e conseguinte, a capacitação para atualização dos profissionais da educação com relação às atualizações nas políticas públicas de educação.

Por último, a dissertação intitulada “O Atendimento Educacional Especializado a alunos com TDAH matriculados em escolas particulares do Distrito Federal: Um estudo exploratório”, no qual Ivanoski (2017) investigou a estratégia de Atendimento Educacional Especializado (AEE) de 7 escolas. A pesquisadora coletou dados com orientadores pedagógicos e/ou pedagogos das escolas em questão e observou que apenas um dos participantes possuía formação acadêmica para educação especial. Foi observado também que todas as escolas funcionam com mais de 20 alunos por turma (quantidade máxima recomendada quando se aluno com necessidades especiais), que nenhuma delas possui SRM, mas só uma delas funciona sem Serviço de Orientação Educacional e/ou pedagógico. Durante análise do material coletado, foi percebido que na prática, a maioria não adota estratégias inclusivas, percebendo algumas dessas estratégias como excludentes e incoerentes para o profissional que lida com crianças portadoras de necessidades especiais. Acerca das adaptações curriculares, apenas duas das escolas as contemplam em seus Projetos Político Pedagógico, tendo alguns dos entrevistados que sequer eram familiarizados com o mesmo. A autora também identificou a necessidade de as escolas cumprirem com maior rigor as leis referentes a inclusão para que possam desenvolver estratégias de aprendizagem adequadas às necessidades dos alunos com diagnóstico de TDAH, assim como para que possam fornecer capacitação adequada ao corpo docente (IVANOSKI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os estudos analisados, ainda existe uma grande distância entre o que as políticas públicas para educação inclusiva preconizam e o que de fato ocorre nas salas de aula.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Os trabalhos analisados levantaram algumas hipóteses para estas dificuldades, sendo a falta de adequação dos PPP escolares apontadas na maioria dos estudos, bem como a dificuldade dos professores em adequar os currículos das crianças diagnosticadas sem as devidas orientações que poderiam vir diretamente de estratégias indicadas pelo PPP ou por meio de treinamentos e capacitações que poderiam ser estabelecidas por este.

A adequação do PPP traria benefícios para os professores indicando como realizar as práticas com determinados alunos; para a gestão escolar indicando como receber pais e alunos com necessidades educacionais especiais; para a coordenação pedagógica que teria um planejamento com orientações para docentes, alunos, pais e a comunidade; para todos os demais funcionários da escola que deveriam receber as orientações necessárias para recebimento, acompanhamento e orientação dos alunos e; finalmente, para a comunidade, que deveria estar incluída neste projeto por seu potencial de colaboração no fortalecimento de estratégias inserção social dos alunos e propagação do conhecimento.

Em suma, as publicações encontradas direcionaram as atenções para a importância de pensar a adequação das escolas ao projeto inclusivo desde a elaboração de seu PPP, tirando este documento da gaveta e refazendo seus planejamentos periodicamente, como indicam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Desta maneira seria possível orquestrar todos os membros da instituição de ensino para atuar em consonância com o que a legislação e as diretrizes indicam. Esta deve tornar-se uma tarefa continuada, visto que cada vez mais estudos em volta de dificuldades e transtornos de aprendizagem são publicados, ampliando o conhecimento sobre estas condições e direcionando mudanças nas políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

APA. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Editora Artmed, 2014.

BRASIL. LEI nº 9394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (Lei de Diretrizes e Bases). Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm >

BRASIL. LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013 (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2013. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm >

CEREZUELA, C. **Política Nacional de Educação Inclusiva: Um Estudo sobre sua Efetivação nas Cinco Regiões Brasileiras**. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) -

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em:
<<http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Cristina%20Cerezuela.pdf>>. Acesso em:
10 jul.2018.

COSTA, D. de S.; MEDEIROS, D. G. de M.; ALVIM-SOARES, A.; GÉO, L. A. L. & MIRANDA, D. M. de. **Neuropsicologia do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e outros transtornos externalizantes**. IN: Neuropsicologia: teoria e prática/ Organizadores: FUENTES, D.; MALLOY-DINIZ, L. F.; CAMARGO, C. H. P. de & COSENZA, R. R. 2ª edição, Editora Artmed, 2014.

FORSELINI, S. M. V. **Intervenções no contexto escolar**: estratégias e adaptações no ambiente de aprendizagem e nos métodos de ensino. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em:
<<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/53985>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

GONÇALVES, J. P; VOLK, M. Concepções das Professoras e Trabalho Educativo Voltado aos Alunos portadores de TDAH. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 17, n. 3, p. 220-231, 2016. Disponível em:
<<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/ensino/article/view/4160/0>>. Acesso em:
10jul2018.

IVANOSKI, T. A. S. **O atendimento educacional especializado a alunos com TDA/H matriculados em escolas particulares do Distrito Federal**: um estudo exploratório. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://btdt.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2122>. Acesso em 11jul.2018.

MARTINS, H. H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, 2004.

MEC. Educação inclusiva: v. 1: A fundamentação filosófica. Coordenação geral SEESP/MEC; Organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>>

MEC. Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil. Ministério da Educação/ Coordenação Geral de Educação Infantil, 2013. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>

NAÇÕES UNIDAS. Resolução 217 A (III). Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>
PAIN, S. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Reimpressão. Tradução Ana Maria Netto Machado. Editora Artmed, 2008.

SANTOS, I. D. dos. **Hiperatividade na educação infantil**. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

SILVA, A. R. M. da. **Integração e inclusão em creche e jardim de infância**. Dissertação (Mestrado em Educação Pré-escolar) – Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 2015.

SOUZA, C. F. **A inserção do aluno com deficiência: função social da escola.** Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão Curso (Especialização) – Universidade Federal de Santa Catarina, Laguna, 2017. Disponível em: <
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173810>>. Acesso em 11jul.2018.